

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Diário de Pernambuco Class.: Pankararu 119

Data: 20/10/93 Pg.: _____

Conflito de terra agita Petrolândia

■ Possesiro é agredido por policiais e sindicalistas responsabilizam a Funai pelos atritos com índios

PETROLÂNDIA — Possesiros e dirigentes sindicais deste município "estão sofrendo agressões por parte da Polícia Federal". A denúncia é de Januário Moreira da Silva Neto, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Petrolândia, no Sertão do São Francisco, a 400 quilômetros do Recife.

Há mais de 200 anos que 400 famílias de possesiros vivem nas comunidades de Caldeirão, Benquerer e Caxiado, etc. Essas posses são caracterizadas pelos diversos tipos de plantios, construções, cercas levantadas, uso coletivo de terras por animais e outras atividades. Januário Moreira e Ademar Fagundes Vieira, diretor do Pólo Sindical do Submédio São Francisco, explicam que embora a área esteja "sub-judice", ou seja, "sob o comando da Justiça, a Polícia Federal, a pretexto de obedecer a orientação do presidente da Funai, desde o dia 09 do corrente começou a desenvolver uma ação ilegal, apoiando os atos de vários índios, liderados pelo chefe do Posto Indígena Pankararu.

A Polícia Federal invadiu a área dos possesiros, derrubando cercas, tirando madeiras, inclusive "angico", planta venenosa que provoca a morte até mesmo dos animais. "Como não bastasse esses procedimentos não condizente com o papel da polícia, no dia 12 do corrente, por volta das 18h30, a PF abalroou o carro dirigido pelo pos-

seiro e coordenador do Pólo Sindical Eraldo José de Souza, que reside na área", afirmam os sindicalistas.

Eraldo Souza foi obrigado a descer do veículo. Em seguida, os policiais, "usando palavras de baixo calão, começaram a ofendê-lo moralmente, ameaçando fuzilá-lo enquanto batiam sua cabeça e outras partes do corpo, pisoteando sua mão esquerda", denunciaram. "Essa atitude arbitrária da Polícia Federal, na nossa região, só faz confirmar a prática de grande parte da polícia de nosso País que, em vez de zelar pela ordem e proteção do cidadão, faz uso do poder que têm para bater e matar pessoas de bem e trabalhadores rurais", acrescentam.

Diante da situação o Pólo Sindical divulgou nota onde, de público, "repudia a atitude da Polícia Federal e exige que seja suspensa sua ação na reserva até haver uma definição, com a participação das autoridades competentes a respeito da situação dos possesiros". Os possesiros vivem na área há quase dois séculos e têm seus direitos assegurados "e não podem ser expulsos juntamente com seus filhos, sem uma definição concreta para suas vidas", afirma Eraldo José de Souza em entrevista, ontem, a este jornal.



Foto: Petrono Lins

Os possesiros de Petrolândia não querem conflito com os índios Pankararus e apelam em favor da paz

Soldados invadem fazenda Normandia

CARUARU (Da Sucursal) — Não foi um final feliz para os possesiros da fazenda Normandia, distante cerca de seis quilômetros do centro de Caruaru, a luta travada desde o último mês pela posse de cerca de 150 hectares da fazenda, explorada pela Normandia Agropecuária.

Na manhã de ontem, soldados do 4º BPM, acompanhados de oficial de Justiça, desalojaram cerca de 180 possesiros, atendendo a liminar concedida pela Justiça ao advogado da empresa, Anibal Nicolau.

De acordo com o mesmo, a questão fundiária arrastava-se desde o mês de maio, quando ele entrou na Justiça com uma ação de reintegração de posse.

"O estopim para a expulsão dos invasores foi a matança de gado, pertencente a Normandia Agropecuária. Os invasores foram retirados sem violência até porque não houve resistência à ação da Polícia", explica.

Para o advogado não há como os invasores — que estavam no latifúndio apoiados pela direção regional do Movimento dos Sem-Terras — contestarem a reintegração da terra, já que eles teriam agido de forma "espoliadora" contra o patrimônio da Normandia Agropecuária.

O conflito agrário teve como pivô a ocupação de 20% dos 770 hectares da Normandia que os invasores consideraram área improduti-va. Esta argumentação foi contestada por Anibal Nicolau que à época da invasão garantiu que a empresa cultivava abacaxi e cria gado bovino de corte na maior parte do latifúndio.

Índios e agricultores querem solução pacífica

Os dirigentes sindicais do Submédio São Francisco responsabilizaram o agente Paulo Farias como agressor de Eraldo José de Souza, que atua no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Petrolândia como assessor. Ontem, em contato com o DIÁRIO, Eraldo confessou que levou socos no rosto e no peito, e teve a mão esquerda pisoteada.

"Não houve qualquer discussão, nem motivos para ação truculenta do policial federal, o que revoltou todos os moradores da área e a população de Petrolândia", disse Januário Moreira Neto. No dia 13 último houve um ato público de protesto, realizado em frente à Prefeitura de Petrolândia dele participando, entre outros, representantes dos Sindicatos de Santa Maria da Boa Vista, Orocó, Paulo Afonso, Glória, Rodelas, estes na Bahia.

Além de Eraldo José de Souza, estiveram neste jornal, ontem, os possesiros João Araújo Silva, Odilon Gomes Maurício, José Elói Filho, Celso Araújo Lima e o presidente do Sindicato Rural, Januário Moreira da Silva Neto. Eles estão solidários com a luta dos povos indígenas pelos seus direitos.

Destacam, porém, que neste município, na área declarada como Reserva Indígena Pankararu, através do Decreto nº 94-603/87, há uma "situação peculiar envolvendo índios e possesiros". Existe, inclusive, relações de parentesco entre índios Pankararu e possesiros. Convivem pacificamente.

A existência de conflitos diretos e a chamada tensão social, "são situações forçadas e criadas pela Funai, protegida pela Polícia Federal, com o único intuito de instigar as duas raças. A Funai tem utilizado, há muitos anos, de denúncias mentirosas e absurdas contra os possesiros, sendo que nenhuma delas foi comprovada. Fato perfeitamente compreensível, por que realmente não correspondem à realidade", atestam os sindicalistas.

"Acreditamos no diálogo e na justiça para a decisão de qualquer problema. E temos claro que para este existe solução justa e humana, que não deixará cicatrizes em nenhum lado", diz Januário. Há 12 anos que o Pólo Sindical, Fetape e Contag viabilizam uma saída para a questão negociada, acrescenta o dirigente.